



Número: **0600002-96.2022.6.16.0000**

Classe: **AGRAVO REGIMENTAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Fernando Wolff Bodziak**

Última distribuição : **18/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Partidária, Veiculação de Propaganda Partidária - Em Inserções**

Objeto do processo: **Veiculação de inserções, no ano de 2022, para divulgação do programa político-partidário do partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB (Comissão Provisória Estadual).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO PARANA (AGRAVANTE)	LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (ADVOGADO) LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO (ADVOGADO) VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO (ADVOGADO) DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA (ADVOGADO) MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO (ADVOGADO) MIRIAM CIPRIANI GOMES (ADVOGADO)
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARANÁ) (AGRAVANTE)	LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (ADVOGADO) LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO (ADVOGADO) VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO (ADVOGADO) DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA (ADVOGADO) MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO (ADVOGADO) MIRIAM CIPRIANI GOMES (ADVOGADO)
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42941699	11/04/2022 16:30	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 60.613

**AGRAVO REGIMENTAL NA PROPAGANDA PARTIDÁRIA 0600002-96.2022.6.16.0000 – Curitiba – P A R A N Á**

**Relator:** FERNANDO WOLFF BODZIAK

**AGRAVANTE:** PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO PARANA

**ADVOGADO:** LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE - OAB/PR35267-A

**ADVOGADO:** LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO - OAB/PR27936-A

**ADVOGADO:** VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO - OAB/PR36343-A

**ADVOGADO:** DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA - OAB/PR94217-A

**ADVOGADO:** MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO - OAB/PR66281-A

**ADVOGADO:** MIRIAM CIPRIANI GOMES - OAB/PR16759-A

**AGRAVANTE:** MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (DIRETÓRIO ESTADUAL DO P A R A N Á )

**ADVOGADO:** LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE - OAB/PR35267-A

**ADVOGADO:** LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO - OAB/PR27936-A

**ADVOGADO:** VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO - OAB/PR36343-A

**ADVOGADO:** DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA - OAB/PR94217-A

**ADVOGADO:** MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO - OAB/PR66281-A

**ADVOGADO:** MIRIAM CIPRIANI GOMES - OAB/PR16759-A

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral

**EMENTA:** AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE INDEFERIU DATA PRETENDIDA PARA A DIVULGAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA. PARTIDO QUE NÃO FOI O PRIMEIRO A REQUERER A RESERVA DA DATA ESPECÍFICA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Diante da coincidência de requerimentos formulados por agremiações diversas para a reserva de determinada data, é aplicável à situação a alínea 'b' do §1º, do art. 8º, Res.-TSE nº 23.679/2022, segundo a qual deverá a Secretaria Judiciária apresentar proposta de distribuição das veiculações segundo as datas indicadas pelo partido, salvo se existentes requerimentos anteriores.

2. Agravo Interno desprovido.



## DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 07/04/2022

RELATOR(A) FERNANDO WOLFF BODZIAK p{text-align: justify;}

## RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Interno interposto pelo partido MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, em face do despacho ID 42913615, pelo qual foi indeferido o pedido de veiculação de propaganda partidária no dia 24.06.2022 formulado pelo MDB, ante a indisponibilidade da data e que, a fim de assegurar o direito da agremiação às inserções faltantes, determinou o encaminhamento dos autos à Secretaria do Tribunal para verificar a possibilidade de inclusão na data mais próxima disponível, indicando, em caso de haver datas equidistantes, a mais próxima do final do semestre, havidas em razão da fusão dos partidos DEM e PSL e de eventuais remanejamentos.

Em suas razões, sustenta que: *a)* o MDB Estadual foi o primeiro partido a protocolizar o pedido afeto à propaganda partidária que se deu em 05/01/2022, o que restou certificado no id. 42906511; *b)* foi determinada adaptação do requerimento em razão do dia 25/06/2022 corresponder ao sábado, dia reservado para as inserções dos Órgãos Partidários Nacionais e, dessa forma, pugnou-se para incluir o MDB no dia 24/06/2022; *c)* o pedido não foi acolhido sob o argumento de que a data já estava reservada a outra agremiação; *d)* o d. juízo deixou de analisar que, de fato, o MDB foi o primeiro partido a protocolizar tal pedido; *e)* não foi assegurado o direito de preferência do partido político que primeiro apresentou o requerimento, como assim dispõe o artigo 8º, § 6º, Res. TSE nº 23.679/2022. Requer que o Agravo seja conhecido e provido, a fim de reformar a decisão, para incluir o MDB na inserção do dia 24/06/2022, data mais próxima do requerimento, assegurando-o o direito de prioridade (ID 42925670).

Em contrarrazões, a Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo desprovimento do Recurso.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

## VOTO

Primeiramente, cabe analisar a admissibilidade do recurso.

O Agravo Interno é previsto no Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRE/PR nº 792/2017), nos seguintes termos:



**Art. 121.** Da decisão do Relator caberá Agravo Interno, que será processado nos próprios autos, no prazo de 3 (três) dias, salvo em caso de representação prevista nos arts. 96 e 97 da Lei nº 9504/1997, onde o prazo será de 24 (vinte e quatro) horas.

**Art. 122.** O Agravo Interno será dirigido ao Relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 3 (três) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o feito será incluído em pauta para julgamento.

**Parágrafo único.** Quando o Agravo Interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o Tribunal, em decisão fundamentada, condenará o agravante ao pagamento de multa fixada em até 2 (dois) salários-mínimos.

Como é cediço, as decisões interlocutórias proferidas no curso das ações eleitorais são irrecorríveis de imediato, devendo a respectiva irresignação ser manejada por ocasião do recurso a ser interposto contra a decisão de mérito.

Pacificando a questão, o Tribunal Superior Eleitoral sedimentou o entendimento de que *“As decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo não comportam recurso imediato, sendo que os eventuais inconformismos devem ser deduzidos no recurso contra a decisão final do processo ou em contrarrazões”* (TSE, AgRg-AI nº 1325-16, Rel. Min. HENRIQUE NEVES, j. 02/06/2015).

Com efeito, a Resolução-TSE nº 23.478/2016, que estabelece diretrizes gerais para a aplicação da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código de Processo Civil –, no âmbito da Justiça Eleitoral, em seu art. 19 estabelece que *“As decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo proferidas nos feitos eleitorais são irrecorríveis de imediato por não estarem sujeitas à preclusão, ficando os eventuais inconformismos para posterior manifestação em recurso contra a decisão definitiva de mérito”*.

No caso em análise, observo que **ainda não foi proferida decisão definitiva no presente feito, no sentido de analisar o preenchimento dos requisitos por parte da agremiação para fazer jus à propaganda partidária**. Vejamos.

O pedido inicial de requerimento de veiculação de propaganda partidária gratuita em rádio e televisão, no âmbito estadual, formulado pelo **MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – MDB PARANÁ** apresentou as seguintes datas pretendidas para realização da referida propaganda: **22/06/2022; 25/06/2022; 27/06/2022; e 29/06/2022**.

A Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias deste Tribunal, havia informado acerca da possibilidade do deferimento do pedido de inserção da propaganda partidária nas datas requeridas, **exceto para o dia 25/06/2022** que corresponde a um SÁBADO, dia reservado para as inserções dos órgãos partidários nacionais, na forma do §11, inciso I do art. 50-A da Lei nº 9.096/95 (acrescido pela Lei nº 14.291/2022) (ID 42862967).

Instado a se manifestar o partido arguiu que foi *o primeiro partido a protocolizar o pedido afeto à propaganda partidária*, razão pela qual quando da elaboração da distribuição dos horários entre os partidos, deveria a Secretaria, observando o que dispõe, o § 2º, do art. 8º, da Resolução TSE n. 23.679/22, incluir o MDB na data mais próxima disponível, que seria 24.06.2022, a qual encontrava-se à época disponível. Assim, com fundamento no § 6º do art.



8º da citada Resolução, pugnou pela inclusão de sua propaganda partidária na data de **24.06.2022**. (ID 42908702).

Sobreveio nova informação da Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias, em que certificou a existência de pedido anteriormente protocolado por outra agremiação, para inserção da propaganda em data de 24.06.2022, estando, portanto, a data indisponível, o que inviabilizaria o deferimento do pleito do partido (ID 42906511).

Pelo despacho ID 42913615, foi indeferido o pedido de veiculação de propaganda partidária no dia 24.06.2022 formulado pelo MDB, ante a indisponibilidade da data. Porém, a fim de assegurar o direito da agremiação às inserções faltantes, determinou-se o encaminhamento dos autos à Secretaria do Tribunal para verificar a possibilidade de inclusão na data mais próxima disponível, indicando, em caso de haver datas equidistantes, a mais próxima do final do semestre, havidas em razão da fusão dos partidos DEM e PSL e de eventuais remanejamento.

**Portanto, o que ocorreu, por ora, foi que tão somente restou indeferida a veiculação de inserções no dia 24.06.2022**, sendo que tal indeferimento que é objeto do Agravo Interno.

Em outras palavras, até o presente momento, não foi proferida decisão reconhecendo que o partido político faz jus à veiculação de sua propaganda partidária e tampouco houve decisão sobre as demais datas pretendidas, de sorte que o feito ainda deverá prosseguir com o seu curso normal.

Todavia, conquanto não se trate de decisão definitiva do feito, é certo que, em relação a uma das datas pretendidas, **24/06/2022**, a decisão agravada possui conteúdo decisório definitivo.

Sendo assim, **conheço do Agravo Interno interposto.**

No mérito, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB – Diretório Estadual - PR apresentou requerimento para realização de propaganda partidária, nos termos da Lei, indicando as datas para sua realização, atendendo aos requisitos contidos na Lei nº 9.096/1995, os quais lhe garantem o direito de até 20 (vinte) minutos de tempo gratuito no rádio e na TV para veiculação de suas inserções, no primeiro semestre de 2022, sustentando fazer jus à veiculação de sua propaganda partidária mediante inserções regionais no rádio e na televisão, no primeiro semestre de 2022, correspondente a **40 (quarenta) inserções de 30 (trinta) segundos cada, pelo tempo total de 20 (vinte) minutos**, na forma indicada na informação da Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias (ID 42862967).

Desse total de inserções a que faz jus, não houve coincidência com petições de outras agremiações em 03 datas quais sejam 22/06/2022; 27/06/2022 e 29/06/2022.

**A controvérsia instaurou-se, portanto, em relação a 10 inserções, cujas veiculações foram inicialmente requeridas para a data de 25/06/2022 (sábado) e, posteriormente, requerido o remanejamento para 24/06/2022, o que restou indeferido pela decisão ID 42913615, em face da qual volta-se o Agravo Interno.**



Por sua precisão, merece destaque a seguinte observação da Procuradoria Regional Eleitoral:

(...) olvida-se o MDB Estadual de que, **quando realizou o pedido de inserção, o TSE ainda não havia regulamentado a propaganda partidária**, o que foi feito apenas em 08/02/2022, com aplicação a partir de 14/08/2022, por meio da Resolução TSE n. 23.679/2022.

**À época do requerimento inicial, portanto, inexistia previsão da possibilidade de inclusão unilateral pela Secretaria de alguma data no calendário de inserções decorrente da coincidência de pedidos**, sendo incabível a aplicação dos efeitos da Resolução em face de pedido feito antes de sua promulgação (TSE. RESPE 0000401-68.2015, rel. min. Gilmar Mendes, DJe 16/11/16, não destacado no original).

De outro turno, importante esclarecer que, ao contrário do que o agravante insiste em sustentar, em relação especificamente à data de 24/06/2022 a presente agremiação não foi o primeiro partido a protocolar pedido para reservá-la.

Ora, o primeiro requerimento do partido foi para a data de 25/06/2022 (sábado e, portanto, indisponível) e, nesse meio tempo em que se manifestou, apenas em 21/02/2022, para solicitar o remanejamento para o dia 24/06/2022, outra agremiação já tinha previamente realizado pedido em relação a esta data em específico, conforme se vê da informação da Secretária de id. 42906511.

Logo, é aplicável à situação a alínea 'b' do §1º, do art. 8º, Res.-TSE nº 23.679/2022, segundo a qual deverá a Secretaria Judiciária apresentar proposta de distribuição das veiculações segundo as datas indicadas pelo partido, salvo se existentes requerimentos anteriores.

**Portanto, é de se manter o indeferimento em relação à data de 24/06/2022, pois em relação a ela, o requerimento da presente agremiação não foi o primeiro.**

Além disso, é de conhecimento deste Relator que ***“os horários destinados à propaganda partidária gratuita estão todos reservados, inclusive aqueles resultantes da determinação de extinção e arquivamento do processo de propaganda partidária do DEMOCRATAS, PJe nº 0600046-18.2022.6.16.0000”***, conforme informação mais recente prestada pela Coordenadoria de Contas Eleitorais e partidárias, prestada em 21 de março de 2022, nos autos 0600017-65.2022.6.16.0000, o que por óbvio inclui a data pretendida de 24 de junho de 2022.

Logo, de qualquer maneira, não há mais como deferir inserções para a faixa de horário padrão para a data de 24/06/2022 e nem para faixa padrão de horário de nenhuma outra data inicialmente prevista.

Desta feita, após o julgamento do presente Agravo, como forma de garantir o direito do partido à veiculação da propaganda partidária, **excepcionalmente**, caberá análise quanto a eventual autorização de veiculação das 10 inserções remanescentes em datas mais próximas possível da data pretendida, porém, **em faixa de horário extra, compreendida entre 22h30 (vinte e duas horas e trinta minutos) e 24h (vinte e quatro horas)**.



Com efeito, em similar hipótese de inexistência de horários disponíveis, o Tribunal Superior Eleitoral já decidiu no sentido de disponibilizar datas não previstas na Lei ou Resolução (v. PropPart 0600081-75.2022.6.16.0000, Rel. Min. Carlos Horbach, PP nº 132-97/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, e PP nº 1882-03/DF, Rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto). Igual raciocínio pode ser aplicado para horários não previstos na resolução.

Por todo o exposto, os argumentos trazidos no agravo interno mostram-se insuficientes para reformar a decisão agravada, devendo ser mantido o regular trâmite deste procedimento de Propaganda Partidária, a fim de que seja proferida decisão contemplando, inclusive, as demais datas ainda não deferidas, além de possíveis alternativas para a data já indeferida.

### **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno.

**DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK - Relator**

### **EXTRATO DA ATA**

AGRAVO REGIMENTAL (1321) Nº 0600002-96.2022.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK - AGRAVANTE: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO PARANA, MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARANÁ)- Advogados do(a) AGRAVANTE: LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE - PR35267-A, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO - PR27936-A, VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO - PR36343-A, DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA - PR94217-A, MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO - PR66281-A, MIRIAM CIPRIANI GOMES - PR16759-A Advogados do(a) AGRAVANTE: LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE - PR35267-A, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO - PR27936-A, VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO - PR36343-A, DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA - PR94217-A, MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO - PR66281-A, MIRIAM CIPRIANI GOMES - PR16759-A

### **DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.



Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentes Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Roberto Ribas Tavnaro, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Carlos Maurício Ferreira, substituto em exercício, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani e Thiago Paiva dos Santos. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Mônica Dorotéa Bora.

SESSÃO DE 07.04.2022.

